

Diplomacia Chinesa: a estratégia das visitas de Estado em 2006

Ricardo dos Santos Poletto
Junho/2006

A diplomacia chinesa adquiriu muito do seu atual contorno durante as reformas econômicas empreendidas por Deng Xiaoping. Com a morte de Mao Tse-Tung, em setembro de 1976, abriu-se caminho para uma nova orientação das relações exteriores do país. Na tipologia do diplomata brasileiro Sérgio Mercador Abi-Sad, a China transitou, desde 49 – ano de sua proclamação como República Popular – de uma diplomacia em busca de segurança, independência e espaço internacional à busca de desenvolvimento e de novas definições no pós-Guerra Fria. Parcialmente alijada do cenário político internacional em 1989 - em virtude dos fatídicos acontecimentos na Praça da Paz Celestial -, a China marca seu retorno com a abstenção no Conselho de Segurança na Guerra do Golfo em 1991. É nesse contexto de notável pragmatismo que se inserem os mais recentes passos chineses pelo mundo, respaldados pelo crescente interesse internacional sobre o gigante asiático.

A observação da trajetória de visitas oficiais chinesas no ano de 2006 concentradas no mês de abril fornece evidências sobre o perfil contemporâneo de uma diplomacia voltada para os resultados. Com base nas escolhas estratégicas recentes dos formuladores da política exterior, podem ser apontados os pontos de concentração da ação internacional chinesa. Para tanto, cabe avaliar a agenda de visitas do presidente, Hu Jintao, e do ministro das relações exteriores, Wen Jiabao, nas últimas semanas, com uma intensa pasta de negociações políticas e comerciais. Os destinos de viagem são, de fato, emblemáticos nesse sentido:

- 1) Estados Unidos;
- 2) Arábia Saudita;
- 3) Países africanos.

A pauta de discussões entre os presidentes Bush e Hu Jintao foi bastante extensa e deu continuidade ao esforço permanente de interlocução que une os dois países em prolongamento à visita de George W. Bush à China em novembro de 2005. Entretanto, as manifestações de boa-vontade não se restringiram aos salões oficiais, uma vez que a delegação chinesa incluiu nos quatro dias de visita encontros com empresários em outras cidades americanas que não Washington. Os temas-chave das conversações oficiais tinham, pelo menos, três extensões:

- a) o gigantesco déficit comercial norte-americano com a China, que chegara a US\$200 bilhões em 2005;
- b) a corrida por fontes energéticas empreendida pelos dois países;

- c) auxílio chinês no enfrentamento de focos de tensão na Coreia do Norte, Irã e Sudão.
- d) a sempre recorrente questão taiwanesa.

Não há como negar, contudo, a figuração de temas tangenciais como direitos humanos, práticas de censura na Internet, e o combate à pirataria. Esse último ponto parcialmente coberto com o encontro de Hu Jintao com o presidente da Microsoft, Bill Gates. Os demais não tiveram maiores repercussões, uma vez que os anfitriões não desejavam parecer descorteses aos seus ilustres e pujantes convidados. Com efeito, a agenda privilegiou os temas comerciais, muito em função da grande pressão parlamentar americana sedenta por medidas protecionistas contra os competitivos produtos chineses.

Os oficiais chineses mantiveram o tom previsto com acenos positivos, mas não categóricos, quanto à parceria comercial com seus maiores compradores. Manifestaram a disposição de comprar mais dos EUA, ostensivamente alardeada com as visitas à Boeing e à Microsoft, e afirmaram uma política de apreciação do Yuan, muito embora de forma lenta, gradual e sem prazos definidos, negando toda e qualquer insinuação de que o valor da moeda chinesa seja manipulada pelo governo para sustentar os superávits comerciais.

As questões políticas mais delicadas estavam fadadas a um tratamento mais circunspecto. As disposições em ajudar na resolução das questões nucleares da Coreia do Norte e do Irã confluíram para o habitual discurso da necessidade de um desfecho diplomático, não-militar. Os interesses subjacentes da China recaem constantemente na necessidade do país em termos de provimento de fontes energéticas. Apesar das negativas, muito se especula sobre as relações da China, à revelia dos Estados Unidos, com Irã, Venezuela e Sudão nesse sentido. Coincidentemente, foi justamente para o maior fornecedor de petróleo para a China que se dirigiu a delegação que acompanhava o presidente Hu Jintao.

A visita de três dias à Arábia Saudita tinha como objetivo principal melhorar as relações com os países exportadores de petróleo. Significou também a crescente preocupação com o vertical aumento dos preços do barril, cujo preço no pico de US\$ 75 foi motivado em grande parte pela sede do dragão chinês, e que, em algum momento, tendem a prejudicar a irrefreável performance econômica do país. A China comunga, portanto, das mesmas preocupações dos americanos sobre o tópico energético, adotando, no entanto, uma estratégia diversa de aproximação pragmática com os fornecedores. Essa mesma posição se verificou no caráter das visitas que se seguiram.

Em seu périplo pela África, os representantes chineses reafirmaram uma nova fase de aproximação com o continente, bem diversa daquela do contexto de Guerra Fria marcada pela promoção do comunismo e apresentação de projeto de liderança terceiro-mundista. Agora a pujança capitalista chinesa seduz as nações em desenvolvimento com consideráveis acenos de investimentos e parcerias comerciais. A euforia dos anfitriões africanos com a visita de um país que cresce a níveis de 10% ao ano era evidente. Além do mapeamento de interesses em petróleo e recursos naturais na África, os chineses declararam seu crescente interesse sobre o mercado africano, com o qual a China triplicou o comércio em um período de cinco anos. As taxas atuais de intercâmbio comercial na faixa de US\$ 30 bilhões são consideradas, entretanto, aquém do potencial. Existe, portanto, um forte apelo à cooperação nessas relações que tendem ao estreitamento, de forma que o

governo chinês já apresenta diversos planos de investimento em áreas de infra-estrutura. A maior conquista das visitas, de qualquer maneira, foram mesmo os acordos de prospecção de petróleo em território nigeriano, essenciais para os cálculos de provimento energético chinês.

Dessa intensa agenda de compromissos oficiais, fica a certeza de que a China não cogita perder as oportunidades que se abrem ao país nesse período de bonança econômica. A missão diplomática que se torna evidente é a de que os homens de Estado devem trabalhar para a manutenção e o melhoramento das condições que possibilitam o crescimento de longo prazo, sem que se manifestem antagonismos diretos. Existe, portanto, um esforço maior do que o mero estabelecimento de relações vantajosas, mas de multiplicação de alternativas ao país no que se refere ao suprimento de insumos e ao mercado consumidor. Para isso, é necessária uma delicada conciliação entre as demandas das demais potências e os interesses imediatos internos. Assim, é recorrente o discurso oficial de que a prosperidade chinesa não deve ser vista como uma ameaça, mas como um foco de oportunidades. A diplomacia chinesa vai se saindo muito bem nessa empreitada, cujos objetivos de prosperidade econômica tomam o primeiro plano, enquanto os tradicionais interesses no âmbito de segurança se conservam vivos, porém mais discretos.